

A BANDEIRA QUE CALA

Merecem repúdio os patriotas de ocasião, que agitam bandeiras como se fossem talismãs contra o pensamento crítico, esquecendo que amar um país é mais do que gritar slogans em avenidas fechadas ao trânsito. São os que confundem o amor à pátria com a adoração a um líder; que trocam a defesa da democracia pela conveniência da força; que preferem um Estado ajoelhado a um Estado de Direito.

Não é novidade na História que, quando a liberdade começa a custar mais esforço do que a obediência cega, muitos escolhem o conforto da servidão. La Boétie, no século XVI, já alertava para a “servidão voluntária”: aquela disposição inquietante de abrir mão das próprias garantias em troca da ilusão de segurança ou da promessa de uma ordem inflexível. No Brasil, esse fenômeno ganhou cores tropicais e sotaque autoritário, temperado por uma nostalgia seletiva que enxerga virtudes na mordaca e dignidade na algema.

O pior é que se trata de um nacionalismo de superfície — feito de hinos mal cantados, frases de efeito e um entendimento tosco da história. Como quem veste a camisa de um time sem nunca ter assistido a um jogo inteiro, proclamam amor ao país sem ter lido uma página de sua Constituição. Quando a Carta Magna garante direitos que não lhes agradam, chamam-na de “comunista”; quando legitima as próprias opiniões, erguem-na como escudo. É um patriotismo de vaivém, que se dobra à conveniência como bandeira de plástico ao vento.

O verdadeiro patriota não teme a divergência — pelo contrário, sabe que é nela que reside a força de uma nação. O patriotismo maduro se constrói na defesa intransigente das liberdades, mesmo das que incomodam; no respeito aos limites do poder, sobretudo quando este está nas mãos de quem aprovamos; e no compromisso com a memória, para que a tentação da barbárie não volte a nos seduzir.

Já vimos isso antes. No Estado Novo, Getúlio Vargas se apresentava como salvador da pátria, embalado por marchas cívicas e pela retórica de um Brasil forte e unido. Muitos se deixaram levar por aquela imagem de ordem e progresso, esquecendo que, por baixo da pompa, havia censura implacável, prisões arbitrárias e o silenciamento da imprensa.

Em 1964, a história se repetiu. Sob o pretexto de salvar a democracia, instaurou-se uma ditadura militar que cassou mandatos, fechou o Congresso, perseguiu opositores e praticou torturas com requintes de crueldade. Em nome da pátria, pisoteava-se a própria essência do que é ser uma nação livre.

Lá fora, também se viu a mesma farsa. Nos Estados Unidos do macarthismo, “bons americanos” denunciavam vizinhos e artistas, acusando-os de comunismo sem provas. Na Alemanha dos anos 1930, o juramento de lealdade não era à pátria, mas ao Führer — e o resultado foi a aniquilação das liberdades e de milhões de vidas. Sempre com a retórica patriótica como verniz de projetos totalitários.

A lição é clara: regimes autoritários sempre tentam monopolizar a ideia de patriotismo, tratando a divergência como traição e o dissenso como ameaça. O Brasil contemporâneo não está imune. Quando grupos aplaudem a volta de medidas de exceção, pedem o fechamento de instituições democráticas e transformam adversários políticos em inimigos da pátria, não estamos diante de novidade — apenas da mais previsível das repetições históricas.

Esse patriotismo falso, de gritos ensaiados e gestos mecânicos, é como uma bandeira que, ao invés de tremular livre ao vento, é usada para cobrir a boca da própria liberdade. Ela balança, vistosa, mas não respira; esconde o rosto da democracia como se quisesse poupá-la da vergonha de ser maltratada por aqueles que juram amá-la.

A verdadeira pátria não cabe em slogans. Ela exige cidadania ativa, debate franco e defesa intransigente das garantias que impedem que um governante, por mais amado que seja, se torne senhor absoluto do destino de todos. Quando alguém tenta monopolizar o amor à nação, expulsando do altar patriótico todos os que pensam diferente, não estamos diante de um patriota, mas de um ventríloquo da tirania.

No fim, a bandeira só é digna quando cobre o corpo de um povo que pode falar, discordar, protestar e sonhar — nunca quando serve de mordaça. Talvez o maior ato de patriotismo, nesses tempos de simulacros, seja justamente recusar o aplauso fácil, defender o direito de quem não pensa como nós e lembrar que a Constituição não é souvenir de comício, mas contrato vivo entre cidadãos livres.